

Baixo Amazonas: Da chegada do Negro a Constituição de Quilombos.

MAIKE JOEL VIEIRA DA SILVA.*¹

Enquanto morador do Oeste do Pará ou como se denominava nos documentos do século XVIII “Baixo Amazonas” sendo este o termo a utilizado neste trabalho. Questionava-me ao observar as comunidades negras descendentes de quilombos: como os negros chegaram a essa região? Como sobreviveram as ações repressivas principalmente após a Cabanagem e o saldo de 40.000 mortos? Por fim, quais as suas experiências históricas? Perguntas que podem parecer simplistas, mas que representam o início de uma complexa rede de relações sociais, desenvolvida pela a sociedade escravista, índios, negros, territórios de quilombos e redes de relações econômicas. Indubitavelmente para adentrar com propriedade no meandro de inter-relações entre os negros do Baixo Amazonas e a sociedade escravista faz-se necessário a consulta documental do período como correspondências entre os presidentes das províncias, jornais da época como o “Baixo Amazonas”, documentos paroquias e jurídicos, autos cíveis, relatórios, não esquecendo a história oral para pesquisa e desenvolvimento de uma memória histórica sempre contraditória. Entrementes, não cabe neste espaço tal inferência, senão para salientar o universo que nos propusemos a investigar.

Aspectos como esses tornam necessária a compreensão de um processo histórico que passa pela introdução da mão de obra negra, a resistência à escravidão materializada pelas fugas e constituição dos quilombos e sua não destruição, mas concretização nas atuais comunidades negras. Temática muito pouco visitada pelos historiadores, sendo necessário: desembaraçar o emaranhado de fios que formam a malha textual, recuperando, mesmo em documentos oficiais, falas significativas dos negros; encontrar nos depoimentos elementos que dêem conta de um passado dos mocambos e, num tempo mais recente, da consolidação das comunidades; e compreender a construção de uma identidade étnica e cultural, bem como a constituição de uma territorialidade - elementos significativos na definição de um espaço enquanto terra de negros.

¹ - Trabalho apresentado para obtenção de conceito na disciplina Historiografia da Amazônia.

É de bom alvitre que apesar do rico campo historiográfico nos deteremos a trabalhar fundamentalmente com os livros: “Negros do Trombetas. Guardiães de Matas e Rios” de Rosa Acevedo e Edna Castro; “ A Companhia Geral do Grão Pará e Maranhão” (1755-1778) de Manuel Nunes Dias; “ O Negro no Pará” de Vicente Sales.

O NEGRO NO BAIXO AMAZONAS.

Sobre a ocupação negra no “Baixo Amazonas” sabe-se que foi em decorrência da política colonial adotada para a Amazônia, não fugindo ao processo característico no qual a defesa territorial, a catequese e o aldeamento do nativo constituíram-se justificativas maiores, tendo como base de sustentação econômica o extrativismo e a comercialização das "drogas do sertão", nesse caso, melhor dizer, da mata. Assim como a região de Belém, somente em meados do século XVIII, o Baixo Amazonas conheceu os primeiros sinais de “prosperidade”, tendo na lavoura cacauera a sua principal atividade econômica, ao lado do extrativismo.

“O desenvolvimento das plantações de cacau acompanhava o crescimento da população escrava. No período de 1773 a 1782, esse produto registrava-se como importante entre os gêneros exportados pelo Grão-Pará. As exportações de cacau mostravam-se bastante oscilantes, mas indicavam a ampliação das terras agricultáveis, inclusive, com os cultivos de arroz e de algodão que se espalharam ao longo dos rios e nas proximidades das pequenas cidades onde a atividade comercial era mais expressiva.(...). (Acevedo e Castro, 1998; p.45).

Assim, as “freguesias” de Monte Alegre, Alenquer, Óbidos e Faro, e Santarém foram alterando os movimentos de ocupação sob demanda crescente da política econômica colonial da fase pombalina. Acreditamos que neste ponto reside a resposta funcional para a chegada do negro na região do Baixo Amazonas, pois a adoção do regime de propriedade sesmarial conjugado com a presença do trabalhador escravo importado e os proprietários de terras giravam sobre a produção de cacau.

“Essa construção histórica articula os fatos que convergem para a introdução da força de trabalho de origem africana no Baixo Amazonas”. (Acevedo e Castro, 1998; p.47).

Agora nos compete entender a forma de chegada do Negro nesta região. É notório os conflitos entre a ordem religiosa jesuíta e os colonos portugueses no que concerne a utilização da mão de obra indígena e para tanto é indispensável à obra de Vicente Sales, que nos ensina:

“os portugueses queriam dominar os indígenas e reduzi-los à escravidão; os jesuítas também pretendiam nos para si, impondo-lhes um jugo brando, segregando-os, até onde possível dos europeus, certos de que o convívio com os brancos os corrompiam [...] dessas desavenças derivou a introdução da escravaria de África que, promovida pelos jesuítas representava um acordo”. (Sales, 1980; .p.25)

Indubitavelmente esses conflitos facilitaram a entrada da mão-de-obra negra na Amazônia, que somada à escassez de trabalhadores e o estímulo governamental, constituíram um comércio lucrativo para a metrópole. Todavia, tal empreendimento não foi tarefa fácil posto que a atividade do extrativismo e suas características sazonais, somada ao limitado poder aquisitivo dos colonos, o que não proporcionara grandes acúmulos de capitais e por decorrência baixa circulação monetária. Dessa situação advinha o problema de como promover o tráfico para uma região com poucos atrativos econômicos? Carente de mão-de-obra, ao passo que era imperioso desenvolver a região. A solução encontrada pelo governo metropolitano foi à criação das companhias de comércio, que subvencionadas pelo governo e com isenções de taxas, deveriam viabilizar o fornecimento de trabalhadores para a Amazônia. Segundo Nunes Dias

“A introdução da mão de obra africana no Estado do Grão Pará e Maranhão era a razão principal da existência da Companhia. O trafico de escravos seria encarado pela empresa pombalina como negocio vital, porquanto, suposta a liberdade do índio, seriam os negros africanos que cultivariam os gêneros tropicais que os

navios da sociedade mercantil haviam de transportar de S. Luis e de Belém para Lisboa” (p. 459).

O conforme o referido autor, o número de escravos africanos transportados pela Companhia do Grão-Pará e Maranhão,

“entre 1757 e 1778, foi de 25.365, sendo 9.229 embarcados em Bissau, 8.362 em Cacheu e 7.774 em Angola. Desse total, 14.749 tiveram como destino o Pará, entre eles 4.667 de Bissau, 3.604 de Cacheu e 6. 478 de Angola”.

A partir dessas assertivas compreendemos a importância desempenhada pela Companhia do Grão Pará e Maranhão no fornecimento de trabalhadores bem como no próprio sustento econômico da região Amazônica.

DA FORMAÇÃO DE QUILOMBOS.

Para Castro e Acevedo as *“pequenas sedições no cotidiano”* que orientam para fugas individuais e coletivas representam no primeiro momento uma reação de negação as condições do regime escravista. Outras condições criadas pela crise do sistema foram o movimento pela independência e a Cabanagem:

“convulsão política de caráter amplo, que abalou profundamente a sociedade escravista amazônica-, propiciando aos escravos condições para adesão ao movimento e nele encontrar caminhos de liberdade, através da fuga”(p. 57).

O caminho natural para o fugitivo fora o domínio da geografia e natureza local e a utilização das cachoeiras e matas como abrigo, construindo ali um mundo de liberdade.

A organização do mundo dos negros como alternativa e resistência a sociedade escravista foi definida da seguinte forma:

“A organização social alternativa do quilombo, reunindo índios, escravos, foros, nasce com uma visibilidade negativa por representar limites e afrontas à sociedade escravista. O quilombo foi positivamente o limite do regime de propriedade e de produção escravista, como também, do domínio social e político articulado a essa formação social. Nesse sentido, atinge profundamente a ordem escravista, tendo como resposta a repressão e a estigmatização por parte dos senhores e das autoridades. Foi tido como o foco dos desqualificados na sociedade do Baixo Amazonas, segundo eles o lugar onde se acobertavam toda sorte de facciosos dedicados ao roubo, violência, crime, sedição, e ainda refugio de rebeldes, desertores e foragidos, dispostos à margem e a revelia do direito escravista (...)”
(Castro e Acevedo, 1998; p. 67).

O processo de fuga dos escravos ocorria durante a noite, buscavam as cabeceiras dos afluentes do Amazonas, para o alto dos rios, acima das Cachoeiras. A escolha era estratégica, pois priorizavam áreas onde a captura fosse difícil. Mas preocupavam-se também em encontrar um local onde fosse possível praticar a agricultura para a sua subsistência e para um pequeno comércio.

Os principais quilombos estavam nos altos dos rios, em trechos navegáveis, acima das cachoeiras dos Rios Curuá, Trombetas e Erepecuru. No entanto, abaixo destas, nos afluentes dos rios principais, como o Curuá-Una, nos lagos e nos furos como no Ituqui (um furo no rio Amazonas) e nas cercanias de Santarém, também se encontravam quilombos menores como o de Urucurituba, Ituqui e Tiningu, que serviam de apoio tanto para a fuga como para a resistência.

Evidentemente que a sociedade escravista reagiu contra os quilombos. Formulando medidas para controlar e perseguir e evitar fugas. Aumentou o efetivo militar, estabeleceu alianças entre as vilas, construiu fortificações, organizou milícias. Contudo, chamamos a atenção para a operação no campo político e ideológico assegurando uma

“serie de punições ditadas para os não negros e homens livres que passavam a relacionar-se com os chamados mocambeiros. Os regatões, entre eles foram alvo de

inúmeras disposições no sentido de coagir trocas com fugitivos.”(Castro e Acevedo, 1998; p. 58).

Esta preocupação atesta a tentativa de quebrar a rede de relações estabelecidas entre o “*mundo dos negros e o mundo dos brancos*”. Sendo esta rede responsável pela construção histórica e de relações sociais que sobrepuja a dicotomia formação-destruição dos quilombos.

Os fugitivos enfrentaram a repressão dos seus senhores e das autoridades governamentais. Desde o início do século XIX há relatos de expedições punitivas visando à destruição dos quilombos.

Mesmo assim os quilombos permaneceram resistentes e isto certamente deve-se ao fato de os quilombos terem aprimorado constantemente uma rede de informações, que tendo como intermediário o comércio do regatão, proporcionou a montagem de um serviço de inteligência responsável pela defesa e flexibilidade de movimento das comunidades. Durante todo o período da escravidão, os quilombolas comercializaram seus produtos agrícolas diretamente com os comerciantes nas cidades da região (como Óbidos) ou com os regatões que subiam os rios em direção aos quilombos. Os quilombolas produziam mercadorias importantes para o comércio local, como a mandioca, o tabaco, o cacau e algumas "drogas do sertão".

Desta maneira, os quilombolas se inseriram nas sociedades locais, constituindo redes de solidariedade e conquistaram sua autonomia. Construíram sua identidade étnica, definida pela etnicidade e território, o que não impede de ser continuamente recriada, fundamentada em práticas coletivas e avaliações de conjunturas políticas constituindo-se em elemento unificador no transcorrer da História. Finalizamos essas considerações tal como os negros fugitivos do Baixo Amazonas, “remando” com cuidado e com muitas incertezas, dialogando com todos, mas considerando a riqueza e oportunidade criadora do momento.

Tendo como exemplo, ainda, os negros do Baixo Amazonas acreditamos que o sacrifício e as dificuldades são melhores que a acomodação, pois nesse emaranhado de fios da História dos quilombos se encontram os direitos, a dignidade e a liberdade do presente.

BIBLIOGRAFIA

CASTRO, Edna e Acevedo, Rosa. **Negros do Trombetas: guardiões de matas e rios.**
Belém: Cejup/ UFPA – NAEA, 1998.

DIAS, Manuel Nunes. **A Companhia Geral do Grão Pará Maranhão 1755-1778.**
Belém: UFPA, 1970.

SALES, Vicente. **O Negro no Pará: sob o regime da escravidão. Rio de Janeiro.**
Fundação Getúlio Vargas, 1971.